
Estrutura e Agência em Anthony Giddens: Uma análise crítica do estruturacionismo

Maria Angélica Peixoto*



Anthony Giddens é hoje um dos mais renomados e respeitados sociólogos da contemporaneidade. A sua volumosa produção intelectual está exposta em diversos livros e artigos publicados em diversos idiomas. É possível dizer que, ao lado de Zigmud Bauman e Pierre Bourdieu, ele é um dos maiores sociólogos contemporâneos. É importante analisar tal obra não somente devido a estar em evidência, mas também para ver sua contribuição para a sociologia contemporânea e seus limites.

Giddens iniciou sua carreira universitária em 1969, na Universidade de Cambridge e suas primeiras obras ainda não manifestam a originalidade de suas teses que mais tarde ficaram conhecidas como “estruturacionismo”. É somente com o decorrer dos anos que vai construindo seu próprio pensamento sociológico. Esse processo tem início nos anos 1980, especialmente com as obras *A Constituição da Sociedade; As Consequências da Modernidade e Modernidade Reflexiva*. Após 1994 avança em suas proposições políticas, que ficaram conhecidas como “Terceira Via”, ligado ao processo de derrota do Governo Margareth Tcheater e retorno do Partido Trabalhista ao governo, com Tony Blair, de quem Giddens foi assessor. Isso rendeu

* Professora do IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; Mestre em Sociologia/UnB e Doutoranda em Sociologia/UFG.

diversas críticas a este sociólogo, sendo que sua obra propriamente sociológica ficou esquecida pelos críticos.

As principais influências no pensamento de Giddens são as de Marx, Weber, Durkheim, interacionismo simbólico, fenomenologia e Wittgenstein⁵⁷. A partir dessas influências ele irá produzir o que ficou conhecido como “estruturacionismo”, que será o objeto de estudo do presente trabalho.

O ESTRUTURACIONISMO

A proposta básica de Giddens e de sua concepção estruturacionista é realizar uma síntese entre estrutura e ação (agência). Assim, a sua concepção não é estruturalista, pois não parte das estruturas invariáveis e sim da união sintética entre estrutura e ação. O nome estruturacionismo é justamente derivado de estruturação, que une estrutura e ação. Ele constitui sua sociologia a partir da busca de superar o objetivismo e o subjetivismo. Para tanto, ele realiza a crítica do funcionalismo e do estruturalismo.

Giddens coloca que uma exposição preliminar dos principais conceitos da teoria da estruturação torna necessário começar pelas divisões que separaram esta concepção de outras. Ele coloca dois blocos de teorias para mostrar isso. No primeiro bloco, temos as concepções que podem ser chamadas “objetivistas”. É o caso do funcionalismo, teoria dos sistemas, estruturalismo, entre outras. O seu foco é no funcionalismo e estruturalismo, que possuem semelhanças e diferenças. Essas duas concepções tendem a manifestar uma posição naturalista e objetivista e possuem um caráter mais holista, enfatizando fortemente o predomínio do todo sobre as partes individuais. O funcionalismo se inspira, desde o positivismo de Comte, na ciência biológica, a ciência em evidência no século 19. O estruturalismo recusa o evolucionismo e a biologia, e passa a pensar em termos cognitivos e cai no formalismo.

Por outro lado, há a hermenêutica e as sociologias interpretativas. Nesse campo, a subjetividade, abandonada nas demais concepções anteriormente citadas, é o centro privilegiado. O mundo passa a ser interpretado a partir da experiência subjetiva, e pouco se fala em coerção. As sociologias interpretativas dão primazia à ação e ao

⁵⁷ Em menor grau se pode falar da influência do funcionalismo, estruturalismo, psicanálise, abordagens que Giddens retirou algo mas em escala muito menor e não poupou críticas mais fortes, tal como se pode ver nesse trecho: “o estruturalismo e também o pós-estruturalismo são tradições mortas de pensamento. Apesar das promessas de juventude, não conseguiram promover a revolução que apregoavam na filosofia e na teoria social” (GIDDENS, 1999, p. 281).

significado na explicação do comportamento humano. Giddens coloca que é necessário relacionar estas duas concepções para romper com o imperialismo do objeto social e também com o imperialismo do sujeito. Giddens busca romper com esses “imperialismos” e apresenta a alternativa da teoria da estruturação.

Uma de minhas principais ambições na formulação da teoria da estruturação é por um fim a cada um desses esforços de estabelecimento de impérios. O domínio básico de estudo das ciências sociais, de acordo com a teoria da estruturação, não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo (GIDDENS, 2009, p. 2).

Giddens aceita a hermenêutica como ponto de partida, pois enfatiza que as condições sociais são recursivas e que o ator não as cria, mas as recria e o fazem isso a partir de uma determinada “cognoscibilidade”, não natural, mas sob a forma reflexiva. A reflexividade não deve ser entendida apenas como “autoconsciência”, mas como um “caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social”.

Ser um ser humano é ser um agente intencional, que tem razões para suas atividades e também está apto, se solicitado, a elaborar discursivamente essas razões (inclusive mentindo a respeito delas). Mas termos como ‘propósito’ ou ‘intenção’, ‘razão’, ‘motivo’ etc. têm de ser tratados com cautela, porquanto o seu uso na literatura filosófica tem sido muito frequentemente associado a um voluntarismo hermenêutico, e porque eles retiram a ação humana da contextualidade espaço-tempo (GIDDENS, 2009, p. 3).

No entanto, Giddens questiona “como podemos ter certeza de que as pessoas não dissimulam a respeito das razões para suas atividades?”. Ele afirma que o conhecimento mútuo incorporado em encontros não é diretamente acessível à consciência dos atores, que pode ou não haver coerência com a consciência discursiva. A linha de separação entre consciência discursiva e consciência prática é “flutuante” e “permeável”. No entanto, acrescenta Giddens, também há a barreira do inconsciente, tal como elaborado pela teoria freudiana, o que não quer dizer concordar com o conjunto da análise de Freud e que não se deve ficar atento contra o reducionismo do inconsciente.

Em síntese, Giddens define a estruturação como o processo de relações sociais no qual elas se estruturam no tempo e no espaço via dualidade estrutural. A Estrutura seria, para ele, um verdadeiro sistema composto por regras, recursos, limites, possibilidades. A dualidade estrutural apontada por Giddens é marcada por duas estruturas que são resultados de ações anteriores e condições para ações posteriores e

por isso podem ser consideradas condições e produtos da ação. A estrutura é o resultado de uma ação anterior.

Para entender melhor a concepção de Giddens da estruturação, é importante discutir alguns conceitos básicos elaborados por ele. O primeiro é o de agente e agência. Os agentes controlam e regulam o fluxo de suas atividades e monitoram aspectos físicos e sociais nos contextos em que atuam, bem como esperam o mesmo por parte dos outros. Nisso consiste a reflexividade. A competência é justamente o processo no qual os agentes competentes esperam dos outros, que é que sejam capazes de explicar o que fazem quando indagados. A monitoração reflexiva e a racionalização da ação são distintas das motivações. A motivação está mais ligada ao potencial para a ação e não ao modo como ela é executada. A motivação tende a ter uma influência direta apenas em processos incomuns, que rompem com a rotina. O elemento fundamental da análise de Giddens, no entanto, é o conceito de agência.

‘Agência’ não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar (sendo por isso que ‘agência’ subentende poder: cf. uma definição de agente do Oxford English Dictionary como ‘alguém que exerce poder ou produz um efeito’). ‘Agência’ diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetuador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido. A ação é um processo contínuo, um fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia-a-dia. Sou o autor de muitas coisas que não tenho a intenção de fazer e que posso não querer realizar, mas que, não obstante, faço. Inversamente, pode haver circunstâncias em que eu pretendo realizar alguma coisa, e a realizo, embora não diretamente através de minha ‘agência’ (GIDDENS, 2009, p. 11).

A relação entre agência e poder requer uma discussão sobre o conceito de poder, que nas ciências humanas geralmente estão ligados ao dualismo sujeito-objeto. A agência remete ao poder enquanto possibilidade de ação. O poder teria dois aspectos, que seria a capacidade dos atores efetivar suas decisões em suas atividades e mobilização de tendências embutidas nas instituições. Contudo, Giddens rompe com essa linguagem e com a abordagem foucaultiana no sentido de trabalhar com a ideia de recursos, meios existentes que possibilitam ação, e que mesmo em situação de dependência, em situação institucional, podem influenciar as atividades dos superiores.

A estrutura se relaciona como regras e recursos, que são inseparáveis. As regras estão relacionadas com a constituição de significados e sancionamento dos

modos de conduta social e os recursos remetem a procedimentos metódicos de interação social. A dualidade estrutural é caracterizada por estruturas que são resultados de ações anteriores e condições para ações posteriores, condições e produtos da ação. A estrutura é resultado de uma ação anterior que condiciona a ação posterior. Esse condicionamento da ação posterior, que impede cair no voluntarismo, se expressa através do seu caráter limitador e habilitador (o idioma, por exemplo, limita mas habilita). A estrutura é, no fundo, um instrumento abstrato do sociólogo para reconhecer o que é estabilizado, que não se inventa a cada interação, mas que só é compreensível empiricamente quando atualizado na ação e interação.

PROBLEMAS DO ESTRUTURACIONISMO

A proposta de Anthony Giddens conseguiu um grande espaço na literatura sociológica e nas ciências sociais. Contudo, nos últimos anos vem perdendo espaço e fôlego. Segundo Silva (2010), as ciências sociais também são vítimas de modismos e o caso de Giddens é um exemplo disso. Ele teve razões extra-acadêmicas (ter se envolvido com a discussão em moda sobre globalização, a assessoria de Tony Blair) e acadêmicas para alcançar um relativo sucesso. Após o sucesso vem o esquecimento progressivo das modas. O fracasso após o sucesso também contou com fatores extra-acadêmicos, tal como a derrota da “Terceira Via”. O mais importante são os fatores internos:

O mais óbvio é que ele simplesmente não publica mais obras teóricas de sociologia desde 1994. Por mais importante que estas obras sejam, depois da torrente inicial de trabalhos secundários de análise, é de se esperar que o interesse diminua. Isto, de qualquer forma, não é de preocupar, pois a história da sociologia e da teoria social está repleta de eventos cíclicos, onde autores crescem e mínguam em diferentes períodos. É bastante possível que Giddens apenas esteja em sua primeira fase minguante, depois de um crescimento quase ininterrupto desde o início dos anos 1970 (SILVA, 2010, p. 09).

É por isso que uma avalanche de críticas foram direcionadas a Anthony Giddens, o que se iniciou com mais força nos anos 1990, focalizando especialmente a

questão da Terceira Via⁵⁸ e depois deslocando para sua teoria sociológica. Aliás, alguns deixaram claro o vínculo de sua teoria da “terceira via” com a sua teoria sociológica geral⁵⁹. As críticas à sua concepção se desenvolvem tanto no que se refere à sua teoria em geral quanto a aspectos particulares, tais como a falta de uma epistemologia (SILVA, 2009; MCLENNAN, 2009)⁶⁰, a falta de espaço em sua concepção para a ação coletiva, a tese da modernização reflexiva (COSTA, 2004) ou até mesmo se ele realmente conseguiu superar a dicotomia entre sujeito e objeto (BAUMAN, 2009), entre outras que poderiam ser citadas.

Dentro dos objetivos do presente trabalho, não será possível uma avaliação mais ampla de todas as objeções que a teoria sociológica de Giddens sofreu e por isso a opção aqui foi de avaliar criticamente a contribuição deste sociólogo a partir do seu confronto com o materialismo histórico.

O confronto entre materialismo histórico e Giddens tem como eixo básico, retirando as questões de diferenças metodológicas, o foco deste autor na relação entre estrutura e ação, sujeito e objeto. A ideia de superação do objetivismo é um dos elementos chaves nesse contexto de discussão. A interpretação mais comum é a de que o materialismo histórico é objetivista e que a concepção de Giddens superou o objetivismo com sua concepção de “agência”. Então é necessário analisar as duas coisas, ou seja, se o materialismo histórico é realmente um objetivismo e se Giddens o superou e após isso é possível comparar as duas escolas de pensamento.

⁵⁸ Contra Giddens, as críticas centraram-se, nos últimos anos, em sua conversão à política, por meio do programa da terceira via. Para os críticos, o programa da terceira via não faz mais do que conferir uma roupagem retórica progressista à resignada capitulação diante da dinâmica de um capitalismo global que multiplica as desigualdades sociais e não atende a outro comando que não seja sua própria lógica expansiva (COSTA, 2004, p. 74).

⁵⁹ “À parte a questão da coerência teórica ou, na verdade, dos méritos dessas propostas, a discussão de Giddens sobre a economia global é amplamente prejudicada por seu malogro em considerar sejam os obstáculos contrapostos ou as forças passíveis de serem mobilizadas em apoio às medidas por ele advogadas. Surpreendentemente, na obra de um teórico cujos primeiros escritos preocupavam-se em conceptualizar a natureza e as diferentes modalidades da dominação social, A terceira via não apresenta nenhum exame das estruturas de poder altamente desiguais no mundo contemporâneo. Contudo, mesmo que a natureza da “modernidade recente” fosse realmente tal que tornasse obsoleta a crítica socialista clássica, qualquer esforço sério no sentido de um pensamento estratégico para a Esquerda teria ainda, por certo, que atentar sistematicamente para a distribuição de poder prevalectente. Como Giddens não o faz, seu intento de “renovar” a social democracia parece quase frívolo. Um cínico poderia concluir que as relações de dominação deixam de ser visíveis para aqueles que decidiram aceitá-las” (CALLINICOS, 2009, p. 265).

⁶⁰ Isso é defendido explicitamente por Giddens (2009) e analisado por outros (COHEN, 1999), pois para ele a preocupação com questões metodológicas serve para desviar das questões ontológicas, o que não é aceito pelos seus críticos acima mencionados.

A respeito do materialismo histórico, é interessante observar que Marx é o primeiro a ser acusado de “objetivista”. As estruturas, a economia, o modo de produção ou a luta de classes seriam os elementos determinantes das ações sociais e individuais. Esta posição é, por sua vez, questionada por inúmeros autores e sob inúmeras formas. Recentemente vem sendo produzida uma ampla bibliografia que questiona essas interpretações do pensamento de Marx (EAGLETON; 2012; MANACORDA, 2012; WILLIAMS, 2011; VIANA, 2007a; VIANA, 2007b). Os intérpretes nos servem para abrir caminhos interpretativos, mas não dispensa a leitura dos autores por eles mesmos. A relação entre indivíduo e sociedade em Marx aponta para uma percepção segundo a qual “os homens fazem sua história”, sob condições determinadas (MARX, 1986). Essa afirmação, tantas vezes repetidas e comentadas, coloca dois elementos básicos: os indivíduos não fazem a história ao seu bel prazer, não atuam arbitrariamente, não determinam a história voluntariamente.

Isso pode parecer determinismo ou objetivismo. Mas é uma afirmação genérica sobre a transformação histórica e que não diz quais são essas condições num sentido mais concreto. Essas condições são as forças produtivas herdadas do passado, das gerações anteriores, e as relações de produção instauradas. É nesse contexto que os homens agem e essa ação é que define o futuro histórico. Não é algo como “Deus” ou “natureza” que marca o desenvolvimento histórico e sim as relações sociais entre os homens (MARX, 1983a). Nessas relações sociais os indivíduos possuem vontades, interesses, necessidades e agem diante das condições existentes para realizá-las.

O problema da consciência, das representações, aparece nesse momento. Sem dúvida, Marx pensa que os seres humanos agem não de acordo apenas com sua consciência. Essa consciência é ela mesma social, não cai do céu e nem é produto de um “espírito à parte” (MARX e ENGELS, 1992). Segundo uma de suas fórmulas mais conhecidas, não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX, 1983b). A vontade, os interesses, as necessidades, não são derivadas da consciência, como pensa o racionalismo, amplamente criticado na atualidade pelo pós-estruturalismo⁶¹ e que confunde tal pensamento com o de Marx. As necessidades dos indivíduos são variadas, algumas têm origem biológica (as

⁶¹ Entenda-se, por pós-estruturalismo, o que comumente é chamado de pós-modernismo. Contudo, a primeira expressão é mais exata por que a pretensão de superação, seja do modernismo seja da modernidade, é ilusória e uma autoimagem ideológica (VIANA, 2009).

necessidades básicas), outras sociais, como produto da própria evolução humana (MARX e ENGELS, 1992). A vontade está ligada tanto às necessidades quanto à consciência, embora Marx e Engels não tenham feito nenhuma afirmação textual sobre isso e que é visível no conjunto da obra. Os interesses estão ligados à vontade, consciência e necessidades, sem dúvida. É necessário perceber que além disso e acima disso há as necessidades socialmente produzidas, que não são os indivíduos apenas mas eles na sociedade e de acordo com as classes sociais, época, sociedade.

Não é possível abstrair esses processos na abordagem de Marx, já que a totalidade é um princípio metodológico presente em toda a sua construção (MARX, 1983b; VIANA, 2007a; VIANA, 2007b). O fundamental na concepção de Marx a respeito da relação entre indivíduo e sociedade é entender que tal relação é histórica, social, e não uma abstração já definida *a priori* por uma determinada ideologia. O grau de liberdade do indivíduo varia com a época, com as condições sociais, com o conjunto histórico e social de um dado momento. É por isso que ele pensava o comunismo como o “reino da liberdade”, pois na nova sociedade pós-capitalista os indivíduos poderiam usufruir de uma liberdade mais ampla como nunca vista na história da humanidade: “*No lugar da velha sociedade burguesa com as suas classes e antagonismos de classes surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos*” (MARX e ENGELS, 1988).

Mas mesmo na sociedade de classes, é possível afirmar que para Marx existe uma margem de liberdade individual, uma autonomia relativa do indivíduo (VIANA, 1999). Não se trata de uma autonomia absoluta, pois as condições estão dadas, o indivíduo nasce numa sociedade já construída, com um determinado modo de produção, organização estatal, sociedade civil, cultura e portanto é nesse processo que ele é socializado e vai constituindo sua individualidade. No seu processo histórico de vida ele torna-se o que é (MARX e ENGELS, 1992). Ele vai se constituindo como indivíduo e em sua individualidade age e luta por suas necessidades, vontade, interesses, consciência e busca alterar e mudar a história, ou conservá-la. Se houvesse um determinismo completo agindo sobre o indivíduo, como alguns supõem encontrar na obra de Marx, não seria possível a revolução que ele esperava e nem seria possível que indivíduos da burguesia ou de outras classes aderissem à luta proletária, como ele colocou certa vez (MARX e ENGELS, 1988) e ele foi um exemplo vivo disso.

O desenvolvimento do materialismo histórico trouxe novas contribuições além das apresentadas por Marx. Não é possível realizar aqui um histórico do conjunto de contribuições e discussões inspiradas pela concepção marxista, pois trata-se de uma enorme quantidade de autores, obras, tendências. Mesmo no que se refere ao caso específico do indivíduo, isso englobaria milhares de autores e teses, desde os mais antigos (PLEKHANOV, 1974) até os mais recentes (THOMAS, 1997). Por isso podemos pensar o processo de que, no caso do indivíduo, ele adquire uma autonomia relativa, o que já pode ser interpretado em Marx, que é variável e depende das condições sociais e históricas em geral, por um lado, e pela história de vida do indivíduo e sua inserção específica em determinadas relações sociais (VIANA, 2011). A partir desse contexto, e acrescentando a contribuição psicanalítica (VIANA, 2008), é possível entender o indivíduo como um todo complexo que adquire uma singularidade psíquica com seu desenvolvimento histórico (VIANA, 2011). Essa singularidade psíquica e a posição social do indivíduo pode aumentar ou diminuir sua autonomia relativa e, por conseguinte, estar mais ou menos submetido aos ditames da sociedade em que está inserido.

Dito isto, é importante avaliar a concepção estruturacionista de Giddens para uma posterior comparação. Já foi dito antes que ele recebeu muitas críticas e entre elas a sua proposta de superação do dualismo sujeito e objeto para superar o objetivismo. É útil ver a este respeito o que coloca outro grande sociólogo da contemporaneidade:

As coerções que reduzem as opções de indivíduos sem propriedades a apenas uma – e, hoje em dia, cada vez mais à “opção” do desemprego – são parcialmente impostas pelas condições da produção e troca capitalistas; e eu já afirmei que é enganador e não muito útil tentar forçar estas condições no molde conceitual da estrutura *qua* regras e recursos. O segundo problema trata da relação entre coerção estrutural e ação. Um tema central da teoria de Giddens é que o conceito de ação implica que uma pessoa “poderia ter agido de outra forma”: “um agente que não tem opção alguma”, ele insiste, “não é mais um agente”. Entretanto, em sua discussão da coerção estrutural, Giddens reconhece a possibilidade de que tal coerção pode reduzir as opções de um indivíduo a apenas uma. Não é difícil enxergar que um indivíduo que só tem uma opção não tem opções, pois não há nenhum outro curso de ação que o indivíduo poderia escolher, e, assim, parece não fazer sentido dizer que ele ou ela “poderia ter agido de outra forma”. A estrutura e a ação não parecem mais serem termos complementares de uma dualidade, e sim os polos antagonistas de um dualismo, de modo que a coerção estrutural pode limitar tanto as opções de um indivíduo, que a ação efetivamente se dissolve (BAUMAN, 2009, p. 238).

O que Bauman questiona em Giddens é que, no fundo, ele não rompe com a oposição entre estrutura e ação, e percebe esta de forma desligada da estrutura social,

caindo num subjetivismo. A sua ideia de agência cai justamente nesse equívoco e sua análise da estrutura ou coerção estrutural deixa a desejar. Bauman continua:

Creio que um confronto mais direto com estes assuntos requereria uma concepção mais satisfatória de estrutura e coerção estrutural, assim como uma análise mais sistemática das vontades e desejos relevantes para a ação e escolhas individuais. Todas as opções são “opções factíveis” no sentido em que elas dependem das vontades e desejos dos atores cujas opções elas são: um curso de ação possível não seria uma opção para um agente se ele não tivesse relevância alguma para qualquer coisa que o agente quisesse. Mas as opções variam muito em seu alcance, natureza, e no caráter das vontades e desejos dos quais dependem. Uma das principais tarefas da análise social é explorar este espaço de possibilidades, tanto em termos da distribuição diferencial das opções de acordo com classe, idade, sexo, e assim por diante, quanto também em termos dos tipos de vontades e desejos, interesses e necessidades, que são eles mesmos possuídos de forma variada. A distribuição variada de opções e necessidades implica que certos indivíduos ou grupos de indivíduos têm um escopo maior de ação e escolha que outros indivíduos ou grupos de indivíduos: poderíamos dizer que a liberdade é desfrutada por pessoas diferentes em graus variados. Explorar o espaço entre a distribuição diferencial de opções, por um lado, e as vontades e necessidades de tipos diferentes e de categorias diferentes de indivíduos, por outro, é examinar os graus de liberdade e coerção que são implicados pela estrutura social. Tal análise mostraria que, ainda que a estrutura e a ação não sejam antinomias, não obstante elas não são tão complementares, nem se sustentam tão mutuamente como Giddens gostaria que acreditássemos (BAUMAN, 2009, p. 238).

Essas colocações de Bauman são bastante próximas da concepção de Marx, apesar deste usar outra linguagem. A ideia de “agência” no sentido de Giddens fornece uma ilusão de liberdade não existente em determinadas relações sociais, pois os processos sociais não permitem aos indivíduos uma ampla liberdade, mas somente uma liberdade relativa e que varia de acordo com um conjunto de condições que varia com as classes, posição social, cultura, indivíduos.

Não é muito difícil entender que um indivíduo burguês tem uma margem de liberdade muito maior que um indivíduo proletário, pois os seus recursos financeiros, capital cultural, para utilizar expressão de Bourdieu (), influência social, lhe permite maior quantidade de opções para escolher e maior poder de coerção sobre os outros. O indivíduo proletário tem uma restrição muito maior, devido aos seus recursos financeiros muito inferiores, sua posição na empresa e na sociedade inferior, seu menor capital cultural, e, logo, menos opções e possibilidade de escolhas. Claro que isso é derivado das relações sociais e da posição de ambos nas relações de produção capitalistas. O proletário só ganha mais força quando se une com outros proletários, ou seja, quando age coletivamente e não individualmente, embora isso seja uma decisão

individual (de diversos indivíduos). Nesse processo, é preciso entender que as condições sociais não são iguais para todos os indivíduos e por isso a oposição abstrata entre indivíduo e sociedade realizada por Giddens (assim como por diversos outros sociólogos, sendo que sempre existiram aqueles que também se opuseram a tal percepção) não resolve a questão e é exatamente isso que Bauman questiona, bem como Callinicos (2009) que critica o “novo individualismo” representado por Giddens.

A partir dessas reflexões é possível entender que o materialismo histórico, desde que superado a vulgarização e simplificação do mesmo, oferece uma posição sobre a relação indivíduo-sociedade muito mais rica e complexa do que a concepção de Giddens e que alguns autores buscaram discutir e recuperar (MANACORDA, 2012; EAGLETON, 2012; VIANA, 1999; VIANA, 2011). O estruturacionismo coloca um problema da teoria sociológica e se propõe a resolvê-lo, mas, como constata Baumann (2009) e McLennan (2009), isso não se concretiza na prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise efetivada no presente texto consistiu de uma breve apresentação da teoria da estruturação de Anthony Giddens e sua comparação com o materialismo histórico. Sem dúvida, a abordagem de Giddens poderia ter sido criticada a partir de outras concepções em evidência na atualidade, tal como a de Foucault, autor criticado por ele e defendido por outros⁶² e também numa comparação com Bourdieu haveria de se considerar diferenças e excesso de autonomia individual em Giddens em contraste com o sociólogo francês⁶³. O materialismo histórico sofreu durante sua história muitos ataques e teve muitas crises, mas sempre ressurgiu e é o que ocorre hoje. Não é este, no entanto, o motivo pela preferência por sua abordagem e sim por ter apresentado uma concepção de indivíduo e sociedade que não transforma nem um nem o outro em “absolutos” fora da história e sim como construções históricas que se alteram e cuja

⁶² Giddens critica em algumas oportunidades a ideia de “corpo dócil” e “disciplina” em Foucault (GIDDENS, 2009), do “biopoder” (GIDDENS, 1993) teses segundo as quais a liberdade dos indivíduos seria restrita e que não perceberia o avanço da reflexividade na sociedade atual (GIDDENS, 2002), o que lhe vale algumas críticas sob este aspecto (SILVA, 2010).

⁶³ “Para Giddens, o indivíduo modifica suas circunstâncias não só em razão de sua faculdade eletiva, mas também devido à sua capacidade de acesso e controle de recursos de poder e à sua posição nas redes de relações humanas. A “reflexibilidade” do sujeito é a faculdade específica da “agência humana” que o habilita a pensar o que faz, as regras que segue e, portanto para transformar as práticas e as regras” (CARNEIRO, 2006, p. 46). Para esta autora, haveria em Giddens uma margem de manobra maior para os indivíduos. É possível discordar dessa abordagem, pois em Bourdieu há um peso muito maior do social sobre o indivíduo e em Giddens uma margem de liberdade muito mais extensa.

relação não pode ser fixada abstratamente sem análise das relações concretas e históricas construídas em determinada época, lugar, contexto e sem levar em consideração as posições sociais distintas, a correlação de força entre classes, indivíduos e muitos outros aspectos.

A abordagem de Giddens tem o mérito de criticar a fossilização do funcionalismo e estruturalismo, tentar superar o objetivismo. A forma como ele apresenta sua solução é que se torna problemática e sua interpretação problemática de Marx e do materialismo histórico acaba lhe impedindo de perceber que a solução que ele procura já tinha elementos nessa abordagem.

Desta forma, é interessante repensar a ideia de liberdade e ação num sentido mais histórico e social, reconhecendo que os indivíduos, na sociedade capitalista, possuem uma autonomia relativa e bastante restrita, principalmente aqueles que pertencem às classes sociais desprivilegiadas. A abordagem de Giddens não faz essa e outras distinções necessárias para compreender a relação indivíduo e sociedade e por isso acaba apresentando uma noção excessivamente ampla de liberdade. Por isso a contraposição entre Giddens e materialismo histórico é importante e necessária e nos ajuda a sair do enfoque neoindividualista do primeiro.

REFERÊNCIAS

CALLINICOS, Alex. A teoria social e o teste da política. Pierre Bourdieu e Anthony Giddens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009.

CARNEIRO, Cristina M. Q. Estrutura e Ação: Aproximações entre Giddens e Bourdieu. *Revista Tempo da Ciência* (13) 26 : 39-47 2º semestre 2006.

COHEN, Ira. Teoria da estruturação e práxis social. GIDDENS, A. e TURNER, J. *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, Sérgio. Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 16, n. 2, 2004.

EAGLETON, Terry. *Marx estava certo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

GIDDENS, Anthony. Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. GIDDENS, A. e TURNER, J. *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.

MANACORDA, Mário Alighiero. *Karl Marx e a liberdade*. Aquele velho liberal do comunista Karl Marx. Campinas: Alínea, 2012.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 3ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1983b.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. In: FROMM, Erich. *O Conceito marxista de Homem*. 8ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1983a.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. 5ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

MCLENNAN, Gregor. Teoria crítica ou positiva? Um comentário sobre o estatuto da teoria social de Anthony Giddens. in: SILVA, Fábio R. R. *Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens*. São Paulo: USP, 2010 (Dissertação de Mestrado).

PLEKHANOV, G. *A Concepção Materialista da História*. 4ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

SILVA, Fábio R. R. *Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens*. São Paulo: USP, 2010 (Dissertação de Mestrado).

THOMAS, Tom. *Breve história do indivíduo*. Lisboa: Edições Dinossauro, 1997.

VIANA, Nildo. *A Consciência da História*. Ensaios sobre o Materialismo Histórico-dialético. 2ª edição, Rio de Janeiro: Achiamé, 2007a.

VIANA, Nildo. *Escritos metodológicos de Marx*. 3ª edição, Goiânia: Alternativa, 2007b.

VIANA, Nildo. Individualismo e Holismo na Metodologia das Ciências Sociais. *Fragmentos de Cultura* (Goiânia), Goiânia, v. 9, n.6, p. 1259-1282, 1999.

VIANA, Nildo. *Introdução à Sociologia*. 2ª edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. *Universo psíquico e reprodução do capital*. São Paulo: Escuta: Autêntica, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: UNESP, 2011.